

Lula sanciona lei que institui renda mínima no Brasil

“Permita-me, presidente, mais hoje tenho que lhe dar um beijo”. Com essa frase, um emocionado senador Eduardo Suplicy agradeceu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela sanção de seu projeto de renda mínima, nesta quinta-feira (8/1).

O presidente Lula disse, em seu discurso, que a lei que institui a Renda Básica de Cidadania no Brasil faz parte da política social que o governo quer implementar no Brasil e leva em conta a realidade econômica do país.

Ao encerrar o discurso, Lula afirmou que a lei é um fruto colhido após décadas de persistência e que Suplicy, o idealizador do projeto, foi “teimoso” e sempre lutou por uma política social justa.

Estiveram presentes na cerimônia, entre outros, os ministros Jos Dirceu (Casa Civil) e Antonio Palocci Filho (Fazenda). Participaram da cerimônia também a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), e a mãe do senador, Filomena Matarazzo Suplicy.

Em entrevista exclusiva à revista **Consultor Jurídico**, publicada no dia 29 de dezembro, Suplicy antecipou o evento desta quinta. Ele disse que “a ideia de se garantir uma renda a todas as pessoas em cada país pertence a muitos economistas e filósofos. No século 20, foram tantos os economistas, no mais largo espectro, que defenderam esta proposição que, na verdade, quase todos os países desenvolvidos, seja na América do Norte ou na União Europeia, têm programas de garantia de renda (...)”

Ele afirmou, também, que “nos anos 80, no Brasil, começou-se a pensar nisso mais e mais, inclusive dentro do PT. Já em 1975, o Antonio Maria da Silveira havia proposto um imposto de renda negativo para se prover um mínimo de renda para todos, e foi nos anos 90, no Senado Federal, em abril de 1991, que eu apresentei o primeiro projeto para instituir um programa de garantia de renda mínima através de um imposto de renda negativo.”

Suplicy lembrou que o projeto “foi aprovado em dezembro de 1991, tramitou na Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável do hoje governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigoto, mas ficou na Câmara aguardando a votação até hoje. São que o debate a respeito de programa de renda mínima frutificou e daí se desenvolveram as ideias de bolsa-escola, de programas de renda mínima associados à educação, que se espalharam pelo Brasil inteiro, houve também o programa bolsa-alimentação, o cartão-alimentação relacionado ao Fome Zero e outros”.

Segundo ele, “com a interação que tive com economistas que têm pensado a respeito deste assunto e, sobretudo, aqueles que fundaram e compuseram a Rede Europeia da Renda Básica e congêneres na África do Sul, na Argentina, na Colômbia e em vários países do mundo, eu fiquei persuadido de que a melhor maneira de se instituir a garantia de uma renda para todos é a da Renda Básica de Cidadania, uma renda básica incondicional.”

Autores: Redação Conjur